

A EXPRESSÃO DA GENERICIDADE NAS LÍNGUAS NATURAIS*

Ana Müller (USP)

0. Introdução

Este capítulo discute como se dá a expressão da genericidade nas línguas naturais e o tratamento dado a este fenômeno pela Semântica Formal. A literatura recente sobre os genéricos (ver trabalhos em Carlson & Pelletier 1995, por exemplo) aponta para a existência de duas maneiras de se expressar genericidade nas línguas naturais: (i) **expressões de referência a espécies** - expressões nominais que se comportam como nomes próprios de espécies (cf. Carlson 1977a e b) e (ii) **sentenças genericamente quantificadas** - sentenças onde a expressão da genericidade se dá pelo fato de um quantificador genérico prender variáveis sob seu escopo (Krifka et al. 1995).

O capítulo tenta explicitar os dois tipos de fenômenos examinando a semântica de sentenças como (1)-(5).

- (1) O café chegou ao Brasil em 1990.
- (2) As cobras são animais perigosos.
- (3) Um corpo atrai outro com uma força que varia na razão inversa do quadrado de suas distâncias.
- (4) Brasileiro gosta de arroz e feijão.
- (5) Professores trabalham muito.

1. O que é genericidade?

* A primeira versão deste capítulo foi escrita durante meu pós-doutoramento (agosto 1998 - janeiro 2000) junto à Universidade de Massachusetts-Amerst, EUA. Este pós-doutoramento foi financiado no seu primeiro ano pela CAPES e nos seus últimos seis meses pela FAPESP. Agradeço a ambas instituições pela inestimável oportunidade.

Muito do que sabemos ou acreditamos sobre o mundo é expresso através de sentenças como (1)-(5). Sentenças genéricas são uma forma ao mesmo tempo importante e usual de como os seres humanos armazenam e trocam informações, pois essas sentenças expressam (o que para nós se apresentam como) regularidades ou leis mais gerais. Nós, muito naturalmente, atribuímos a elas verdade ou falsidade dizendo, por exemplo, que a sentença (3) é verdadeira e que a sentença (1) é falsa.

A verdade ou falsidade dessas sentenças depende, de alguma forma, de fatos particulares sobre o mundo. No entanto, ela não é estabelecida com base em alguma entidade, evento ou estado específico. Não é o fato de que a cobra coral que mordeu meu vizinho no ano passado é perigosa que torna a sentença (2) verdadeira. Também não é porque um grão de café veio inadvertidamente no bolso de Pedro Álvares Cabral quando ele descobriu o Brasil que a sentença (1) se torna falsa. Fatos ou eventos particulares não confirmam ou desconfirmam diretamente uma sentença genérica.

Mais interessante ainda, sentenças genéricas podem ser verdadeiras mesmo quando encontramos exceções às generalizações que elas expressam (cf. Carlson, 1977b, 1986, 1989, entre outros). O fato de que algumas cobras são completamente inofensivas não parece tornar (2) falsa. O mesmo se dá com as sentenças (4) e (5), pois certamente existem alguns brasileiros que não gostam de arroz e feijão e alguns professores que trabalham muito pouco.

É certo que a verdade ou a falsidade das sentenças genéricas depende de fatos particulares sobre o mundo, mas isto se dá de uma forma um tanto vaga e frouxa (cf. Schubert & Pelletier 1989 e Asher & Moreau 1995, entre outros). Nesse sentido, sentenças genéricas são bastante diferentes de sentenças universalmente quantificadas como (6) e (7), as quais nós não hesitaríamos em considerar falsas.

(6) Todas as cobras são perigosas.

Agradeço também a M. J. Foltran, J. Borges Neto, T. Wachowicz, E. V. Negrão e aos participantes dos Seminários em Teoria Gramatical por comentários às diferentes versões do texto.

(7) Todos os professores trabalham muito.

Linguisticamente, pelo menos para o português, para o inglês e para muitas outras línguas, as sentenças genéricas parecem não possuir nenhuma característica formal, quer na sua estrutura sintática, quer na marcação morfológica de seus constituintes, que as distinga superficialmente das outras sentenças da língua (cf. Dahal, 1995). Sua semântica, no entanto, possui algumas características distintivas que serão discutidas no decorrer deste artigo.

2. A análise clássica - Carlson (1977a, b, 1982)

Carlson (1977b) é o trabalho clássico sobre a genericidade nas línguas naturais. O trabalho de Carlson (1977a, b, 1982) é anterior ao estabelecimento da distinção entre **sentenças genericamente quantificadas** e **expressões de referência a espécies** mencionada na introdução.

O principal objetivo de Carlson (1977a, b, 1982) é propor uma análise única para os plurais nus do inglês ('bare plurals'). Ao examinar as questões colocadas por estes constituintes, Carlson realiza uma extensa análise das formas de expressão da genericidade nesta língua. Plurais nus são sintagmas nominais plurais do inglês que ocorrem sem determinante e parecem ser ambíguos entre uma leitura genérica (8) e uma leitura existencial (9)¹. A leitura genérica de (8) poderia ser parafraseada por "Tipicamente cachorros latem". Já a leitura existencial, exemplificada em (9), pressupõe a existência de alguns cachorros e poderia ser parafraseada por "Tem cachorros latindo no meu jardim".

(8) **Dogs** bark.

¹ Vou manter os exemplos discutidos por Carlson em inglês, pois o plural nú no inglês não é sempre equivalente ao plural nu do português. Também estou usando a expressão sintagma nominal de maneira ambígua entre sintagma nominal e sintagma de determinante.

Cachorros latem

(9) **Dogs** were barking on my lawn.

Cachorros estavam latindo no meu jardim

A proposta de Carlson é a de que os plurais nus não são lexicalmente ambíguos entre uma leitura genérica e uma leitura existencial. Eles são sempre nomes próprios de **espécies** ('kinds') e suas diferentes interpretações são geradas pelos diferentes tipos de predicados que a eles se aplicam. Enquanto nomes próprios, os plurais nus denotam entidades do mundo - as espécies. Carlson propõe que nossa linguagem estabelece a existência de **indivíduos** que são de dois tipos: **espécies** ou **objetos**. **Objetos** são coisas comuns do tipo 'meu carro' ou 'João' e **espécies** são grupos de entidades definidas culturalmente mediante alguma propriedade comum como 'cachorros' ou 'substantivos'.

Uma das principais diferenças entre **espécies** e **objetos** é que um objeto só pode estar em um único lugar num dado momento. 'Meu carro', por exemplo, não pode estar ao mesmo tempo na minha garagem e na oficina. Espécies, ao contrário, podem estar em muitos lugares ao mesmo tempo. 'Cachorros' podem estar ao mesmo tempo tanto em minha casa quanto no sítio de meus amigos e 'substantivos' podem ocorrer em diferentes falas ou textos num mesmo momento.

Para Carlson indivíduos acontecem no mundo enquanto estágios. Um **estágio** é uma realização espaço-temporal de um indivíduo. 'João', no momento de seu nascimento, ou 'João', com quem eu me encontrei ontem no supermercado, são estágios de um mesmo indivíduo, o 'João'. Por outro lado, 'meu cachorro' (o *Pango*) e 'o cachorro que latiu para meu filho ontem' (o *Taicho*) são ambos estágios da espécie 'cachorros'. Então um estágio de Pango num determinado momento do espaço-tempo é, ao mesmo tempo, um estágio de 'cachorros' e um estágio de 'Pango'.

Já os sintagmas verbais são classificados por Carlson em dois tipos básicos: (i) **predicados-de-indivíduo** e (ii) **predicados-de-estágio**. Predicados de indivíduo são

predicados estativos e se subdividem em **predicados-de-espécie** e **predicados-de-objeto**. Um exemplo de predicado que só se aplica a espécies é *estar extinto* como na sentença (10). E um exemplo de predicado-de-objeto é *saber francês* em (11) e *fumar* em (12). Já *estar tomando café neste momento* em (13) e *estar fumando lá na sala* em (14) são exemplos de predicado-de-estágio.

(10) Dinossauros estão extintos.

(11) Professores universitários sabem francês.

(12) João fuma.

(13) Professores do Departamento estão tomando café neste momento na sala 206.

(14) João está fumando lá na sala.

A **leitura existencial** de uma sentença com um plural não ocorre quando temos um predicado-de-estágio. Dessa maneira uma sentença como (9) é interpretada como afirmando que existem estágios de cachorros que estão latindo no meu quintal. Já a sentença (13) afirma que existem estágios de professores do Departamento que estão tomando café. E uma sentença como (14) é interpretada como afirmando que existe um estágio do indivíduo João que está engajado na ação de fumar.

A **leitura genérica**, por outro lado, resulta de uma predicação sobre indivíduos (espécies ou objetos) e exige um predicado-de-indivíduos (de espécies ou de objetos). A sentença (8), por exemplo, afirma que latir é uma característica da espécie ‘cachorros’ e a sentença (10) afirma que a espécie ‘dinossauros’ está extinta. Já a sentença (11) diz que a espécie ‘professores universitários’ sabe francês. Finalmente, a sentença (12) afirma do indivíduo (o objeto ‘João’) que ele tem o hábito de fumar.

Sentenças como (8) e (9), (12) e (14) mostram também que um mesmo verbo pode predicar tanto estágios quanto indivíduos. Para dar conta deste fato, Carlson (1977b) toma a predicação sobre estágios como básica para os verbos que possuem tanto uma interpretação de estágios como uma interpretação estativa e postula a existência de um operador genérico *G* que transforma predicados episódicos em predicados genéricos, o

que está esquematicamente representado em (15).² A diferenciação que ele propõe entre os verbos já vem determinada no próprio item lexical. É na combinação sujeito-predicado que um verbo pode, se necessário, sofrer uma operação que transforme seu tipo lexical básico. Uma sentença como (8) ou (12) teria sua representação semântica como (8') e (12') abaixo.

(15) G (predicado de estágio) = predicado de indivíduos

(8') [G (latir)] (cachorros)

(12') [G (fumar)] (João)

Mas como representar sentenças episódicas como (9), (13) e (14) se, por um lado, temos verbos que se aplicam basicamente a estágios e, por outro lado, temos um plural nu que denota, segundo Carlson, sempre uma espécie? As formas lógicas³ em (13') e (14') não são gramaticais, pois tentam combinar tipos semânticos incompatíveis - um predicado-de-estágios a uma espécie (13') ou a um objeto (14').

(13') *[estar-tomando-café] (professores do Departamento de Linguística)

(14') *[estar-fumando] (João)

É evidente, entretanto, que espécies estão relacionadas a seus objetos e aos estágios destes. E, para expressar essa relação, Carlson postula a existência de uma relação – R - entre este indivíduo, seus objetos e seus estágios. R(Pango, cachorros), por exemplo, significa que Pango é um objeto que realiza a espécie 'cachorros' e R (p, Pango) significa que p é um estágio que realiza o objeto 'Pango'. Já R (p, cachorros), significa que p (um estágio de Pango num determinado ponto do espaço-tempo) é uma realização da espécie 'cachorros'.

² Há evidentes diferenças no aspecto verbal que não são discutidas por Carlson que classifica tipos de verbos e que também não discutiremos aqui.

A existência da relação R, nos permite então interpretar sentenças episódicas como (13) e (14) como possuindo as formas lógicas representadas em (13'') e (14'') com suas respectivas paráfrases.

(13'') $\exists x [R(x, \text{professores do departamento}) \ \& \ x \text{ estar tomando café}]$

“Existe pelo menos um x, tal que x é uma realização de ‘professores do departamento’ e x está tomando café”.

(14'') $\exists x [R(x, \text{João}) \ \& \ \text{estar-fumando}(x)]$

“Existe pelo menos um x tal que x é uma realização de João e x está fumando”.

O trabalho de Carlson influencia fortemente toda a literatura posterior sobre o assunto em dois pontos centrais: (i) sua ontologia das denotações possíveis para os sintagmas nominais: indivíduos e estágios e (ii) sua classificação dos predicados enquanto predicados-de-estágio e predicados-de-indivíduos.

3. Problemas da Análise Clássica

A análise de Carlson (1977a, b, 1982) está fortemente baseada na idéia de que “uma sentença genérica é uma sentença na qual um predicado é aplicado a um indivíduo, ao invés de a um estágio de um indivíduo, ...” (Carlson, 1989: 169-170). Desta maneira, ... “o sujeito da sentença fornece o ingrediente chave para a genericidade - o indivíduo - e o predicado genérico denotado pelo sintagma verbal é predicado da denotação do sintagma nominal sujeito” (Carlson, 1989:170).

A análise clássica então irá encontrar dificuldades justamente em sentenças em que o constituinte sobre o qual se dá a generalização não é o sujeito da oração. Essas dificuldades são apontadas pelo próprio Carlson (1989). Sentenças como (16) são

³ Estou usando a expressão “forma lógica”, informalmente, para expressar a tradução de uma sentença para

ambíguas entre duas interpretações genéricas. A primeira, e menos provável, é a interpretação que corresponde à análise na qual se diz que o predicado *ser na Paulista* é propriedade da espécie *passeata* (16a).

A segunda interpretação, a mais usual, é uma generalização sobre uma certa avenida de São Paulo (16b). Nessa segunda interpretação, *passeata* tem uma interpretação existencial como indica a própria paráfrase (16b) e, na verdade, é *ocorrer passeata* que se aplica a *a Paulista*. Como se vê, o fato de termos uma sentença genérica não implica necessariamente que a generalização se dê sobre o sujeito ou que o sujeito tem necessariamente uma interpretação de espécie.

(16) Passeata é na Paulista.⁴

(a) “As passeatas, em geral, tem uma origem comum na avenida Paulista”.

(b) “Na Paulista geralmente ocorrem passeatas”.

Sentenças como (16) e (17) são problemáticas para a análise clássica, pois uma interpretação genérica é possível mesmo com uma leitura existencial do sujeito. Em (17), a paráfrase em (a) corresponde à análise do sujeito enquanto denotando a espécie *computadores*. Já a paráfrase em (b) não é uma generalização sobre computadores.

(17) Um computador calcula a previsão do tempo.

(a) Os computadores geralmente calculam a previsão do tempo.

(b) A previsão do tempo é geralmente calculada por algum computador.

Outro problema para a análise clássica é a existência de sentenças genéricas sem sujeito ou com sujeito posposto como (18), (19) e (20). Sobre que sujeito se estaria generalizando?

(18) Chove muito aqui.

uma linguagem que tenta expressar suas condições de verdade.

⁴ Sentenças de Thais Chaves, *comunicação pessoal*.

(19) Faz muito calor quando não venta em Ribeirão Preto.

(20) Dá banana no sítio.⁵

Carlson (1989:77) constata então que “sentenças genéricas requerem *dois* elementos a serem relacionados um ao outro para se obter uma interpretação genérica completa.” Não se trata mais de localizar a genericidade na presença de uma expressão de referência a espécie como o seria o caso do plural nú, mas de analisá-la como uma relação entre dois elementos. Entretanto, esses elementos, ao contrário do que estava implícito na análise clássica, não são necessariamente o sujeito e o predicado.

Voltemos à sentença (16). A leitura (a) relaciona o sujeito *passeata a ser na Paulista: Se é passeata, então é na Paulista*. Já a leitura (b) relaciona a *Paulista a ocorrer passeata: Se é na Paulista, então ocorrem passeatas*.

Carlson abandona aí a idéia de um operador monádico - o seu operador G - que tomava apenas um argumento, o sintagma verbal, e propõe que a genericidade deve ser descrita com um operador diádico, i.e., um operador que toma dois argumentos: um elemento sobre o qual se efetua a generalização e a generalização propriamente dita. Esses dois argumentos não precisam necessariamente ser identificados ao sujeito e ao predicado da sentença genérica.

4. A Teoria Relacional da Genericidade - sentenças genericamente quantificadas⁶

Como mencionado na introdução, a literatura recente sobre genéricos aponta para a existência de dois fenômenos distintos: (i) **expressões de referência a espécies** - expressões que denotam diretamente espécies como o sintagma *o telefone* em (21), e (ii) **sentenças genericamente quantificadas ou sentenças características** - sentenças que expressam genericidade pelo fato de que um operador genérico prende variáveis sob seu

⁵ Sentença de Carlos Franchi, citada por Evani Viotti, *comunicação pessoal*.

⁶ Sentença em Carlson (1977) que a atribui a Barbara Hall-Partee.

escopo, tais como a sentença (22) que pode ser parafraseada por (22') onde o operador e a variável estão explícitas. Nesta seção tratarei apenas das sentenças genericamente quantificadas. As expressões de referência a espécies serão tratadas na seção 5.

(21) Graham Bell inventou **o telefone**.

(22) **Italiano** (geralmente) bebe vinho.

(22') Gx (se x é italiano, x bebe vinho)

“Geralmente, se é italiano, então bebe vinho.”

O sintagma nominal sob o qual uma sentença genérica ‘generaliza’ é um indefinido no sentido de Heim 1982, ou seja, um sintagma que traz dentro de si uma variável livre que pode vir a ser presa pelo quantificador genérico. O indefinido com interpretação genérica - o indefinido genérico - aparenta ter como referência toda a classe de entidades denotadas por seu núcleo, como *cachorro* e *uma enciclopédia atualizada* em (23) e (24). Certamente, o indefinido genérico em (23) e (24) não se refere a nenhuma entidade particular e não parece implicar a existência de alguma entidade que corresponda ao sintagma nominal. A sentença (24), por exemplo, pode ser considerada verdadeira mesmo que não exista atualmente nenhuma enciclopédia atualizada.⁷

(23) **Cachorro** precisa de carinho.

(24) **Uma enciclopédia atualizada** custa caro.

Os indefinidos genéricos não são considerados como expressões de referência a espécie porque eles não são capazes de denotar diretamente espécies (cf. Heim 1982 e, Krifka *et al.* 1995). Primeiro, eles ocorrem apenas em sentenças estativas como (23) e (24), não sendo capazes de manter um significado genérico em sentenças episódicas (compare (25a) a (25b) e (26a) a (26b)). Segundo, eles não podem ser usados com predicados de espécie (compare (27a) a (27b)).

⁷ Uma sentença como (i) teria a forma lógica (ii) na análise clássica do artigo indefinido (c.f. Russell 1905).

(i) Um cachorro tem quatro patas

(ii) Existe um x tal que x é cachorro e x tem quatro patas

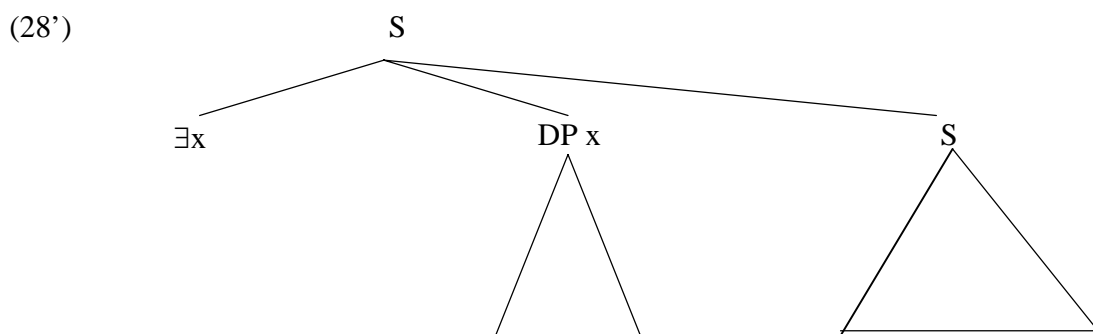
- (25) (a) **A batata** foi cultivada pela primeira vez na América do Sul.
 (b) ***Uma batata**/***Batata** foi cultivada pela primeira vez na América do Sul⁸.

- (26) (a) **O rato** recém- alcançava a Austrália em 1970.
 (b) **Um rato**/***Rato** recém-alcançava a Austrália em 1970.

- (27) (a) Graham Bell inventou **o telefone**.
 (b) *Graham Bell inventou **um telefone**.

Heim 1982 propõe tratar os sintagmas nominais indefinidos como *um cachorro* em (28) como predicados contendo uma variável livre que será ligada por um operador sentencial explícito ou oculto. Uma sentença como (28) possui, em sua teoria, a forma lógica expressa em (28') e é interpretada como (28''). Aqui a afirmação de existência (a quantificação existencial), ao contrário da análise clássica da descrição indefinida, não faz parte do significado do artigo indefinido, mas é introduzida por uma regra *default* na ausência de outro tipo de quantificação. A diferença poderá ser melhor apreciada ao se contrastar a forma lógica de (28') à forma lógica de uma sentença com o indefinido genérico como (29) mais abaixo.

(28) Um cachorro entrou na sala.



⁸ O símbolo *, neste caso, indica má-formação semântica e não sintática. Na verdade, significa apenas que as sentenças (25b), (27b) e (27b) não podem ser interpretadas diretamente como sentenças genéricas equivalentes a (25a), (26a) e (27a).

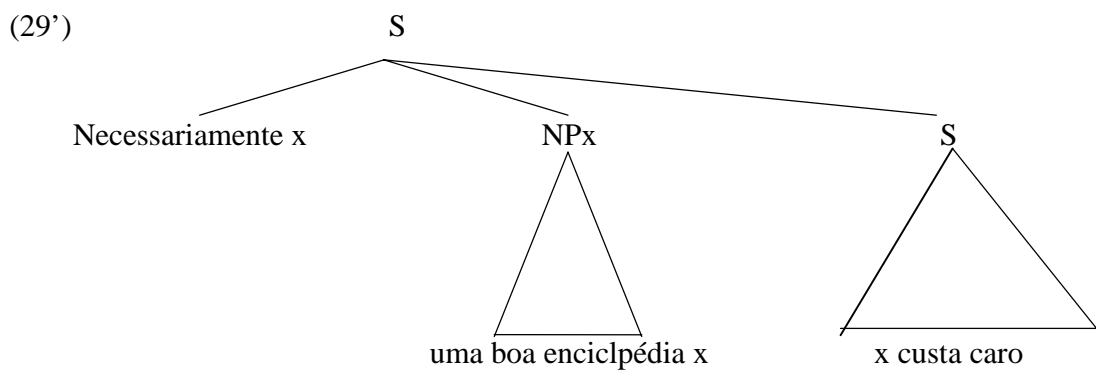
um cachorro x

x acaba de entrar na sala

(28'') "Existe um x tal que x é um cachorro e x acaba de entrar na sala".

A autora foi também a primeira a sugerir que sentenças com indefinidos genéricos poderiam ser analisadas de maneira análoga a sentenças condicionais. Assim, uma sentença como (29) é analisada como equivalente à sentença (29''). Indefinidos genéricos então são apenas sintagmas nominais indefinidos "normais" usados em sentenças genéricas. Conseqüentemente, sua semântica será a semântica do sintagma nominal indefinido mais a semântica das sentenças genéricas. Heim 1982 sugere então que uma sentença como (29), onde temos um indefinido genérico, pode ser analisada como tendo uma **restrição** – *brasileiro* x - e uma sentença nuclear (uma **matriz**) - x *dança bem*. A sua forma lógica está representada em (29') e pode ser interpretada como (29'').

(29) Uma boa enciclopédia custa caro.



(29'') "Necessariamente, se x é uma boa enciclopédia, x custa caro".

A idéia de que uma sentença genérica pode ser tratada como uma estrutura tripartite com um operador que tem escopo sobre duas partes de uma sentença tem sua origem no tratamento de Lewis 1975 às sentenças condicionais. Nessas sentenças um advérbio quantificacional relaciona um conjunto de condições - a restrição - a um conjunto de conseqüências - a matriz.

É nesta linha que Krifka 1988 e Krifka *et al.* 1995 adotam uma análise das sentenças genéricas enquanto sentenças sobre o escopo de um operador genérico que toma dois argumentos: a restrição e a matriz. Este operador e sua paráfrase são apresentados esquematicamente em (30). Um exemplo de uma sentença genérica com um indefinido genérico traduzida para sua forma lógica através do uso do operador GEN é (31).

(30) **GEN [x] (Restrição [x]; Matriz [x])**

“Geralmente, se x é restrição, então x é matriz”.

(31) Brasileiro dança bem.

GEN [x] (x é-brasileiro; x dança bem)

“Geralmente, se x é brasileiro, então x dança bem”.

Tem sido observado na literatura (Krifka 1988, Gerstner & Krifka 1993, Krifka 1995, Rooth (1995) que a maneira como uma sentença genericamente quantificada se divide entre restrição (elemento sobre o qual se efetua a generalização) e matriz (a generalização propriamente dita) está relacionada ao foco sentencial. O foco de uma sentença genérica é sempre parte da matriz e não da restrição. Existe, portanto, uma conexão entre a estruturação informacional de uma sentença em tema e rema e a divisão das sentenças genéricas em restrição e matriz. As duas leituras da sentença em (32) e (33), por exemplo, correspondem a diferentes padrões acentuais marcados com letra maiúscula que estão representadas por suas paráfrases (a) e interpretações (b).

(32) Passeata é na PAULISTA.

(a) “As passeatas, em geral, são na Paulista”. / “Se é passeata, então é na Paulista.”

(b) **GEN [x] (x é passeata; x é na Paulista)**

(33) PASSEATA é na Paulista.

(a) “Na Paulista tipicamente tem passeatas”. / “Se é na Paulista, então aí ocorrem passeatas”.

(b) GEN [x] (x é na Paulista; tem passeata em x)

É importante notar que a generalização efetuada por um operador diádico não se dá necessariamente sobre argumentos presentes explicitamente na sentença como talvez sugiram nossos exemplos até agora. A restrição do quantificador pode ser determinada por argumentos implícitos. Sobre o que generaliza uma sentença como (34)?

(34) João fuma.

Para a análise relacional da genericidade, uma sentença como (34) será analisada como generalizando sobre um argumento implícito dos predicados episódicos, sobre situações ou eventos. No caso, temos situações ou eventos em que João fuma. Esta intuição é capturada pela proposta de que predicados episódicos (predicados-de-estágio) possuem uma posição argumental extra para eventos ou localizações espaço-temporais. Predicados de indivíduos não possuem essa posição (c.f. Kratzer 1995).

Sentenças como (34) são então analisadas de maneira paralela à sentenças como (35). Essa sentença afirma que, geralmente, nas situações em que Maria chega em casa, ela fuma. Esta generalização está formalizada em (35b), onde se vê explicitamente a variável sobre situações *s*. Já no caso de (34), temos de assumir que a restrição do quantificador GEN é preenchida pragmaticamente, por situações relevantes em que normalmente se fuma. A forma lógica de (34) está formalmente representada em (34'). Sentenças genéricas com predicados episódicos são chamadas de sentenças habituais.

(35) (a) Maria fuma quando ela chega em casa.

(b) GEN [s;] (Maria chega em casa em s; Maria fuma em s)

“Se *s* é uma situação de chegar em casa e *s* contém Maria, então Maria fuma em *s*”.

(34') GEN [s;] (*s* é uma situação de fumar & *s* contém João; João fuma em *s*)

“Se *s* é uma situação de fumar e *s* contém João, então João fuma em *s*”.

5. Os dois tipos básicos de genericidade

Como já vimos, estudos mais recentes sobre a genericidade (Krifka *et al.* 1995, Gestner & Krifka 1993 e trabalhos em Carlson & Pelletier 1995, entre outros) tem apontado de que não se trata de um fenômeno único, mas que existem dois tipos básicos de genericidade: (i) sintagmas nominais que se referem a espécies: **expressões de referência a espécies**, e (ii) sentenças cujo conteúdo como um todo expressa uma generalização: **sentenças genericamente quantificadas**.

Expressões de referência à espécie referem-se a toda uma classe de entidades e não a cada uma delas. ‘O café’, ‘o telefone’ e ‘os dinossauros’ nos exemplos (36)-(38) não se referem a objetos particulares, mas sim à espécie, à classe em si mesma.

(36) **O café** foi cultivado pela primeira vez no Brasil no século XVIII.

(37) Graham Bell inventou **o telefone** no século XVIII.

(38) **Os dinossauros** estão extintos desde o período Cretássio.

Por outro lado, **sentenças genericamente quantificadas** são generalizações sobre entidades, estados e eventos particulares. A expressão da genericidade é, nesse caso, independente do significado dos sintagmas nominais envolvidos. Ela é uma propriedade da sentença como um todo e não de um sintagma nominal em particular. As sentenças genéricas em (39)-(41), por exemplo, generalizam sobre eventos ou episódios em que ‘o Luiz fuma’, em que ‘algum gato específico persegue um (ou mais) ratos’ e sobre eventos nos quais ‘italianos bebem vinho’. Quando uma sentença genérica parece atribuir uma propriedade a uma espécie, ela faz isso atribuindo a membros dessa espécie, nas sentenças (13) e (14).

(39) Luiz fuma.

(40) Um gato persegue ratos.

(41) Italianos bebem vinho.

Existe também uma outra leitura genérica possível que ocorre com vários tipos de sintagmas nominais que é a leitura *taxonômica*. Nesses casos, o sintagma nominal denota uma subespécie de algum tipo de hierarquia classificadora. Nas sentenças (42) e (43), ‘um macaco’ se refere a uma subespécie da espécie dos macacos. E é só nesse sentido que (44) pode ser entendida enquanto sentença genérica.

(42) **Um macaco**, o mico-leão-dourado, corre perigo de extinção.

(43) **Um (certo) macaco** está sob proteção da Organização Mundial de Proteção à Vida Selvagem

(44) **Um macaco** é muito inteligente.

Como, pelo menos superficialmente, muitos sintagmas nominais e muitas sentenças são ambíguas entre uma leitura genérica e uma leitura específica ou uma leitura episódica precisamos de alguns meios para separar entre essas leituras. Abaixo seguem certas ‘pistas’ para obtermos um diagnóstico pré-teórico se um sintagma nominal ou uma sentença são genéricos ou não (cf. Krifka *et al.*, 1995 e Gestner & Krifka, 1993).

(i) Uma **sentença genericamente quantificada** pode ser aproximadamente parafraseada por uma sentença com o advérbio *geralmente* ou *tipicamente*. Compare (45a) com (45b) e (46a) com (46b): o sentido das sentenças muda muito pouco. Já na sentença (47a), que possui uma leitura preferencialmente episódica, o acréscimo do advérbio *geralmente* à sentença em (47b) a transforma de uma sentença que narra um evento em uma sentença que narra uma regularidade, um hábito dos gatos. Já o acréscimo de *geralmente* a (48a) a transforma em uma sentença agramatical (48b). O teste mostra que as sentenças (45) e (46) são sentenças genéricas, ao passo que as sentenças (47)-(48) são sentenças episódicas.

(45) (a) Um argentino é inteligente.

(b) Um argentino geralmente é inteligente.

(46) (a) Um gato persegue ratos.

(b) Um gato tipicamente persegue ratos.

(47) (a) Um gato está correndo lá na sala.

(b) Um gato está geralmente correndo lá na sala.

(48) (a) Gatos acabam de chegar na sala

(b) *Gatos geralmente acabam de chegar na sala

(ii) Como já vimos, existem predicados (sintagmas verbais) que exigem que algum de seus argumentos denote uma espécie. O predicado *estar em extinção* exige que seu sujeito denote uma espécie, pois só espécies se extinguem, seres vivos morrem. Já o predicado *inventar* exige que seu objeto denote uma espécie (um ‘tipo’).

Usando predicados-de-espécie podemos identificar os sintagmas nominais que são capazes de denotar espécies em si mesmas, ou seja, somos capazes de identificar **expressões de referência à espécies**. Nas sentenças (49)-(54) com o predicado *ser extinto*, o indefinido singular (52) e o ‘bare singular’ (53) não podem ser usados, o que indica que eles são provavelmente diferentes dos outros tipos de sintagmas nominais, no sentido de não serem capazes, em si mesmos, de denotar espécies. O sintagma nominal indefinido em sua interpretação taxonômica (54), no entanto, é capaz de denotar uma subespécie.

(49) **O mico leão dourado** foi extinto no século XX.

(50) **Micos leões dourados** foram extintos no século XX.

(51) **Os micos leões dourados** foram extintos no século XX.

(52) ***Um mico leão dourado** foi extinto no século XX.

(53) ***Mico leão dourado** foi extinto no século XX.

(54) **Um** (certo) **macaco** - o mico-leão-dourado - foi extinto no século XX.

Observe nas sentenças (55)-(60) o comportamento desses mesmos tipos de sintagmas nominais com o predicado *inventar* que exige um **expressões de referência à espécies** na posição de objeto. Nesse contexto o corte é mais radical, pois apenas o definido genérico e a interpretação taxonômica do sintagma indefinido são capazes de denotar espécies.

(55) Graham Bell inventou **o telefone**.

(56)*Graham Bell inventou **os telefones**.⁹

(57)*Graham Bell inventou **telefone**.

(58)*Graham Bell inventou **telefones**.

(59)*Graham Bell inventou **um telefone**.

(60) Graham Bell inventou **um** (tipo de) **telefone**.

Tanto esses exemplos e essa questão necessitam de uma maior investigação tanto teórica, quanto empírica para podermos afirmar com alguma certeza como o Português do Brasil expressa a genericidade (ver Muller 2001, 2002. Por hora, no entanto, eles nos dizem que a forma típica de sintagma nominal genérico no Português do Brasil é o sintagma nominal definido singular, o definido genérico. Esse parece ser o caso em todas as línguas que possuem o artigo definido, como também parece ser o caso, para todas as línguas que o possuem, que o sintagma nominal indefinido não é capaz de denotar espécies-elas-mesmas (c.f. Dahal, 1995).

(iii) **Sentenças genericamente quantificadas** não descrevem eventos particulares, mas sim regularidades. São tipicamente estativas. Conseqüentemente, um predicado tipicamente episódico, que descreve um evento determinado, só poderá expressar uma generalização se possuir como um de seus argumentos algum **expressões de referência à espécies** que se refira a uma espécie, pois uma generalização sobre eventos não é possível.

⁹ Os sinais * ou ? expressam o julgamento sobre a leitura genérica desses sintagmas nominais e não sobre outros tipos de leituras.

As sentenças (61)-(67) não são genéricas. Elas não expressam regularidades e seu valor de verdade depende de um evento em um lugar e em um tempo específicos. No entanto, é possível predicar um episódio, um evento específico de uma espécie e é isto que estas sentenças fazem. Essas sentenças mostram mais uma vez que sintagmas nominais indefinidos (exceto em sua interpretação taxonômica), nus sem-número e mesmo os plurais nus não parecem ser capazes de denotar espécies no Português Brasileiro.

(61) O café foi introduzido no Brasil no século XVIII.

(62) *Café foi introduzido no Brasil no século XVIII.

(63) O automóvel chegou ao Brasil no século XX.

(64) *Um automóvel chegou ao Brasil no século XX.

(65) ??Automóveis chegaram ao Brasil no século XX.

(66) Os automóveis chegaram ao Brasil no século XX.

(67) Um automóvel - o Fusquinha - chegou ao Brasil no século XX.

(iv) **Sentenças genericamente quantificadas** tem um sabor de ‘lei’. Elas afirmam proposições que não são acidentais. Veja em (68) a estranheza de se atribuir um predicado tipicamente episódico a um sintagma nominal que, pelos nossos testes anteriores, não é capaz de denotar uma espécie (estou me referindo à leitura genérica, pois a leitura taxonômica é sempre possível). Por outro lado, a sentença com o sintagma nominal definido (69), a forma típica para se denotar espécies, soa bastante natural em sua interpretação genérica, apesar de sua estranheza pragmática.

(68) ?*Um mico-leão-dourado lê Joyce todas as noites antes de dormir.

(69) O mico-leão-dourado lê Joyce todas as noites antes de dormir.

O que explica o contraste entre (68) e (69) é o fato de que o sintagma definido em (69) é capaz de denotar a espécie e a sentença como um todo pode então estabelecer uma nova regularidade. Como o indefinido em (68) não é capaz de denotar a espécie a sentença tem de efetuar uma generalização sobre eventos de micos leões dourados lendo Joyce e isto soa estranho.

Já em (70)-(74), o predicado ‘trabalhar com um sistema binário’ é uma característica essencial dos computadores e, portanto, uma **sentença genericamente quantificadas** a qual aceita todo tipo de sintagma nominal, inclusive o indefinido, soa natural.

(70) O computador trabalha com um sistema binário.

(71) Um computador trabalha com um sistema binário.

(72) Computadores trabalham com um sistema binário.

(73) Os computadores trabalham com um sistema binário.

(74) Computador trabalha com (um) sistema binário

(v) **Expressões de referência à espécies** são pouco naturais quando formados a partir de espécies pouco estabelecidas. Observe o contraste entre (75) e (76). A leitura de espécie é a preferida em (75), ao passo que a leitura específica é a favorecida em (76). Já a sentença (77), tem leituras uma leitura genérica bastante mais natural - trata-se de uma generalização sobre indivíduos particulares, ou seja, de uma sentença genérica e não de um sintagma nominal genérico.

(75) ??**A garrafa verde** tem um gargalo estreito.¹⁰

(76) **Uma garrafa verde** tem um gargalo estreito.

(77) **A garrafa de Coca** tem um gargalo estreito.

(vi) Em sentenças episódicas, **expressões de referência a espécies** comportam-se de forma diferente dos sintagmas nominais específicos em relação a seus acarretamentos. O fato de uma sentença episódica ser verdadeira de alguns membros de um subconjunto (‘mico-leão-dourado’), implica que ela é verdadeira para o conjunto maior (‘macacos’), pois, em nosso exemplo, ‘micos leões dourados’ são ‘macacos’. Por outro lado, o fato de um predicado afirmar uma verdade de uma subespécie (‘micos-leões-dourados’), não

¹⁰ Sentença em Carlson (1977) que a atribui a Barbara Hall-Partee.

implica que o mesmo seja verdadeiro de toda espécie da qual esta faz parte. Compare (78) a (79).

(78) Micos-leões-dourados escaparam do zoológico => Macacos escaparam do zoológico

(79) Micos-leões-dourados estão extintos => Macacos estão extintos

A distinção entre **sentenças genericamente quantificadas** e **expressões de referência à espécies** mostra que existem duas maneiras de se expressar genericidade nas línguas naturais. Uma delas é uma generalização sobre uma proposição particular afirmando que esta vale “em geral” ou “geralmente”. A outra é dizer que uma certa propriedade vale para uma espécie, ou classe de entidades. Vimos também que uma sentença genérica típica prefere um sintagma nominal indefinido (o indefinido genérico), ao passo que o sintagma nominal genérico (o definido genérico) típico é o sintagma nominal definido.

As sentenças (80a) e (b) são exemplos prototípicos de cada caso. Apesar de ambas possuírem um significado quase idêntico, são interpretadas como resultando de dois processos bastante distintos. A sentença (80a) diz que: “usualmente, se alguém é brasileiro, esse alguém gosta de futebol”. Neste caso, a generalização envolve a sentença inteira. Já a sentença (80b) afirma algo como “gostar de futebol é uma propriedade que se aplica à classe dos brasileiros”.

A genericidade, no caso das expressões de referência a espécies, é uma propriedade do sintagma nominal e não da sentença. Isso fica evidenciado pelo fato de que esses sintagmas ocorrem com qualquer tipo de predicado, desde predicados-de-espécie (81), predicados-de-indivíduos (predicados estativos) ((80b) e (82)) e predicados-de-estágios (predicados habituais) (83). Ao analisar esses sintagmas, a literatura (ver Krifka *et al.* 1995 e Heyer 1985, entre outros) assume a proposta de Carson (1977a e b, 1982) de que sintagmas nominais genéricos são nomes próprios de espécies.

(80a) **Um brasileiro** gosta de futebol.

(b) **O brasileiro** gosta de futebol.

(81) **O dodo** está extinto.

(82) **A raposa** é inteligente.

(83) **O argentino** fuma.

Uma descrição definida como “o homem sentado do lado da porta” (84) ou um nome próprio como “Jorge” (85) denotam, em contextos apropriados, entidades de (uma parte de) um mundo . Da mesma forma, sintagmas como “este tipo de animal” (85) ou “a raposa” em (81) também denotam entidades do mundo. Que tipo de entidades seriam essas?

(83) **O homem sentado do lado da porta** é inteligente.

(84) **Jorge** é inteligente.

(85) **Esse tipo de animal** é inteligente.

Intuitivamente, dizer que espécies são entidades do mundo da mesma forma que “Jorge” ou “o homem sentado do lado da porta” significa dizer que nós vivemos e agimos no mundo pressupondo não só a existência de entidades individuais, mas também pressupondo a existência de entidades genéricas como “o argentino”, “a raposa” e “o dodo”. Isto não deve parecer tão estranho se pensarmos que aceitamos a existência concreta de objetos tão abstratos quanto “A Previdência Social” (86) ou “A Microsoft” (87).

(86) **A Previdência Social** precisa passar por uma séria reforma.

(87) **A Microsoft** é desonesta.

Existem algumas evidências sintáticas de que sintagmas nominais genéricos funcionam como expressões referenciais definidas semelhantes aos nomes próprios. Postal (1969) aponta que nomes próprios e sintagmas genéricos são os únicos sintagmas a partilharem de construções como (88)- (91). Veja que essa construção não é possível com outros

tipos de sintagmas nominais ((92) e (93)). Carlson (1977b) aponta a existência de construções do tipo (94) e (95), também só possíveis com nomes próprios. Observe a estranheza de (96) e (97).

(88) **O Homem Aranha** é assim chamado por causa de seus poderes semelhantes aos de uma aranha.

(89) **O Faustão** é assim chamado por ser corpulento.

(90) **O mico-leão-dourado** é assim chamado por possuir uma juba dourada semelhante à do leão.

(91) **O “mouse”** é assim chamado por parecer um ratinho.

(92) ***Uma cadeira de rodas** é assim chamada por possuir rodas.

(93) ***Todos os roedores** são assim chamados por roerem sementes.

(94) Estourado como **ele** é, **Jorge** brigou com todos na reunião.

(95) Mal-humorado como \emptyset é, **o diabo da Tasmânia** não faz um bom animal de estimação.

(96) ?Estourado como **ele** é, **este homem** brigou com todos na reunião.

(97) *Mal-humorados como \emptyset são, **três diabos da Tasmânia** não fazem bons animais de estimação.

Uma outra indicação de que o definido genérico é semelhante a uma expressão referencial é o fato de que, de maneira semelhante aos nomes próprios, seu referente é fornecido pelo conhecimento partilhado. Desta maneira, o definido genérico em (98a) é perfeitamente natural por apontar para uma espécie bastante conhecida, por oposição ao definido genérico em (98b) que, sem um contexto que ajude em sua interpretação enquanto expressão genérica, soa bastante estranho. O mesmo se dá com (99a) e (99b). Como com os nomes próprios (105a), orações relativas restritivas soam estranhas quando em uma interpretação definido genérico (100b).

(98a) **A garrafa de Coca** tem um gargalo estreito.

(b) ?**A garrafa verde** tem um gargalo estreito.

(99a) **O beagle** é um cão inteligente.

(b) ?**O cachorrinho pequeno** é um cão inteligente.

(100a) ***Jorge que tem dor de dente** é mal-humorado.

(b) ?**O leão que tem dor de dente** é mal-humorado.

O definido genérico então sua referência em grande parte determinada por nosso conhecimento partilhado e não apenas pelo seu conteúdo lexical (ver Carlson 1977b, cap. VI (3) sobre esta questão) . O definido genérico normalmente se refere a espécies que, de alguma forma, são mais naturais ou mais básicas nas hierarquias que usamos para classificar as entidades de nosso mundo. Veja o contraste entre (101a) e (b) e entre (102a) e (b). Evidentemente, estes dados são apenas indicativos, pois dependendo do tipo de contexto essas hierarquias podem mudar ou, uma espécie pode ser definida como natural ou básica pelo próprio falante. Uma sentença como (103) é estranha, ou mesmo engraçada, mas, se levada a sério ele estabelece a nova espécie natural - “o tamanduá de rabo cor-de rosa”.

(101a) **A laranjeira** tem espinhos.

(b) ?**A árvore** tem espinhos.

(102a) **A vaca** é um animal muito útil.

(b) ?**O ruminante** é um animal muito útil.

(103) Os cientistas estão procurando **o tamanduá de rabo cor de rosa**.

Sintagmas nominais genéricos possuem basicamente dois tipos de significados: ou se referem diretamente à espécie-ela-mesma (104), ou se referem à espécie através de seus

representantes (104)-(111). A espantosa variedade de interpretações possíveis para um sintagma genérico já é, em si mesma, um indicativo de que não se trata de um processo sentencial, pois seria impossível atribuir toda a variedade que ocorre nos exemplos (104)-(111) a algum tipo de operador sentencial. As sentenças (104)-(111) apresentam os tipos de interpretações encontradas para os sintagmas nominais genéricos (cf. Gestner e Krifka 1993 e Krifka *et al.* 1995).

- (104) **O dodo** foi extinto pelos colonizadores franceses (interpretação de espécie).
- (105) **O consumidor brasileiro** comprou 100 000 máquinas de lavar roupa o ano passado (interpretação coletiva).
- (106) **A família brasileira** tem 3.4 filhos (interpretação de média).
- (107) **A banana** contém potássio (interpretação de característica essencial).
- (108) **O mineiro** é um bom político (interpretação distintiva).
- (109) Na Patagônia, nós vimos **a baleia azul** (interpretação de objeto representativo).
- (110) **O homem** chegou na Lua em 1969 (interpretação *avant-garde*).
- (111) **A manga** vai ficando mais doce conforme se vai viajando em direção ao Nordeste (interpretação de comparação interna).

Como dissemos mais acima, o tipo de predicado não determina se um sintagma nominal definido deve ser interpretado especifica ou genericamente, pois o definido genérico pode ocorrer com qualquer tipo de sintagma verbal. No entanto, uma vez que o sintagma definido seja interpretado genericamente, o tipo de predicado vai nos dizer se temos uma referência direta à espécie (105), ou se temos uma referência à espécie através de uma referência a seus representantes ((106)-(112)) (cf. Heyer 1985).

Na sentença (105) *ser extinto* é um predicado que pode ser dito apenas de espécies, a sentença não diz nada de como cada dodo, em particular, morreu. Por exemplo, não se pode dizer de um certo dodo que ele, em particular, foi extinto por Pierre. Por outro lado, vários dodos podem ter morrido de morte natural e, ainda assim, podemos dizer que

(105) é verdadeira. Predicados exclusivamente de espécie são bastante raros no léxico de uma língua.

Já a verdade das sentenças (106)-(112) depende de que o predicado se aplique a (um certo número de) representantes da espécie. Quantos e quais tipos de representantes são necessários para tornar essas sentenças verdadeiras dependem da interpretação pretendida, a qual, por sua vez, vai ser determinada tanto pelo sintagma verbal, quanto pelo contexto. O fato de (106) ter uma interpretação coletiva que se aplica a todos os representantes da espécie e de (107) ter uma interpretação de média são questões de bom-senso cultural, não pertencem nem ao predicado, nem à estrutura sentencial. É só trocarmos os números que as interpretações trocam de lugar como se pode ver em (112) e (113) abaixo.

(112) **O consumidor brasileiro** comprou 3.2 máquinas de lavar roupa o ano passado. (interpretação de média)

(113) **A família brasileira** tem 100 000 filhos. (interpretação.coletiva)

Essa ampla variação nas condições de verdade de sentenças com sintagmas nominais genéricos aponta mais uma vez para a semelhança entre estes sintagmas e os sintagmas que denotam indivíduos. Como nós determinamos a verdade ou a falsidade de sentenças como (114) e (115)? (114) pode ser verdadeira, mesmo se algumas vezes, a empresa teve comportamentos muito honestos, ou se alguns de seus executivos são pessoas extremamente honestas. Por outro lado, (115) pode ser verdadeira, mesmo se João, que agora tem 35 anos, só tenha começado a fumar aos 30 anos de idade.

(114) **A Microsoft** é desonesta.

(115) **João** fuma.

Por outro lado, uma sentença como (107) diz que faz parte das características de uma banana normal que ela tenha potássio. Nesse caso, esperamos que todas as bananas “normais” possuam potássio. Já a sentença (108) não afirma que todos (ou mesmo uma

grande parte de) os mineiros são bons políticos. Ela parece estar dizendo que “quando um mineiro é político, ele é um bom político, por comparação aos paranaenses, sergipanos, etc.”.

Em (109) e (110) basta um representante da espécie para tornar as sentenças verdadeiras. Por motivos diferentes, é verdade. (110) traz implícito o fato que, de alguma forma, se você conhece alguns representantes de uma espécie, você passa também a conhecer a espécie. Em (111) afirmamos que o fato de chegar à Lua resulta de um processo de progresso ou de evolução da espécie e, por essa razão, o primeiro elemento a realizar a ação pode ser considerado seu representante. Finalmente, em (112) realizamos uma comparação interna entre diferentes representantes da espécie “a manga”.

Comentários Finais

A expressão da genericidade nas línguas naturais é um tópico intrigante e único. Este artigo não tem a ambição de propor um tratamento definitivo das formas de expressão da genericidade no Português do Brasil, mas apenas de introduzir os conceitos básicos necessários para seu estudo.

REFERÊNCIAS

ASHER, N. & M. MOREAU 1995. “What Some Generic Sentences Mean?” In G. Carlson & F. J. Pelletier, eds. **nome da obra**, 300-338.

CARLSON, G. 1977a. “A Unified Analyses of the English Bare Plural”. *Linguistics and Philosophy* 1:413-456.

_____ 1977b. *Reference to Kinds in English*. Ph.D. dissertation, University of Massachusetts, Amherst. Published 1980 by Garland Press, New York.

_____ 1982. “Generic Terms and Generic Sentences.” *Journal of Philosophical Logic* **11**: 145-181. local e editora

_____ 1986. “Exceptions to Generic Generalizations.” In A. Manaster-Ramer, ed., *Mathematics of Language*, 19-32. Philadelphia: John Benjamins.

_____ 1989. “The Semantic Composition of English Generic Sentences.” In G. Chierchia, B. Partee, and R. Turner, eds., 167-191.

CARLSON, G. & F. J. PELLETIER 1995, eds., *The Generic Book*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

CHIERCHIA, G., B. H. PARTEE & R. TURNER, eds. . *Properties Types and Meaning, vol. 2: Semantic Issues*. Dordrecht: Kluwer. não lembro desta referência no texto

DAHAL, Ö. 1995. “The Marking of the Episodic/Generic Distinction in Tense-Aspect Systems.” In G. Carlson & F. J. Pelletier, eds. nome da obra, 412-424.

GESTNER, C. & N. KRIFKA 1993. “Genericity.” In J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternefeld, & T. Vennemann, eds., *Handbuch der Syntax*, 966-978. Berlin: de Gruyter.

HEIM, I. (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese de doutorado, University of Massachusetts, Amherst.

HEYER, G. 1985. “Generic Descriptions, Default Reasoning, and Typicality”. *Theoretical Linguistics* **12** (1). Berlin/New York: Gruyter.

KRATZER, A. 1995. “Stage-level and Individual-level Predicates”. In G. Carlson & F. J. Pelletier, eds. nome da obra local editora, 1-124.

KRIFKA, M. , F. J. PELLETIER, G. CARLSON, A. TER MEULEN, G. CHIERCHIA & G. LINK 1995. "Genericity: an Introduction". In G. Carlson & F. J. Pelletier, eds., **nome da obra-local-editora** 1-124.

KRIFKA, M. 1988. "The Relational Theory of Genericity." In M. Krifka, ed., *Genericity in Natural Language*, 285-312. SNS-Bericht 88-42, University of Tübingen. **não lembro desta referência no corpo do texto-conferir**

KRIFKA, M. 1995. "Focus and the interpretation of Generic sentences" In G. Carlson & J. Pelletier, eds., *The Generic Book*.

LEWIS, D. 1975. "Adverbs of Quantification". In E. Keenan, ed., *Formal Semantics of Natural Languages*, 3-15. Cambridge:Cambridge University Press. **não lembro desta referência no corpo do texto-conferir**

MILSARK, G. 1974. *Existential Sentences in English*. Ph. D. Dissertation, MIT. **não lembro desta referência no corpo do texto-conferir**

MÜLLER, A. 2000. "Sentenças Genericamente Quantificadas e Expressões de Rererência a Espécies no Português Brasileiro". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **39**. IEL, UNICAMP.

2002. The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese* .
PROBUS **4** (2). Berlin: Mouton der Gruyter)

* This paper was written during my stay as a visitor at The University of Massachusetts, Amherst. I thank CAPES and FAPESP for financing my visit and the UMass Linguistics department for hosting me. A first version of this paper was presented at the Proseminar in Semantics 1999 at UMass, and I thank the audience for criticisms and comments. In particular, I am very grateful to Barbara Partee for carefully reading and commenting on the paper. I also thank the two anonymous referees for fruitful comments and criticisms. All mistakes are my responsibility, of course.

POSTAL, P. 1969. "Anaphoric Island". In *Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago Linguistic Society.

ROOTH, M. 1995 "Indefinites, Adverbs of Quantification, and Focus Semantics." In G. Carlson & J. Pelletier, eds., *The Generic Book*. completar

RUSSELL, B. 1905. "On Denoting" *Mind* **14**: 479-493. local e editora

SHUBERT & PELLETIER 1987. "Problems in the Representation of the Logical Form of Generics, Plurals, and Mass Nouns." In E. LePore, ed., *New Directions in Semantics*, 385-451. London: Academic Press.

_____ 1989. "Generically Speaking, or Using Discourse Representation Theory to Interpret Generics." In G. Chierchia, B. H. Partee & Turner, eds., 193-268.